

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Formação e Reprodução de Espacialidades Rurais no Extremo Oeste da América Portuguesa (1719-1748).

Tiago Kramer de Oliveira*

Resumo: Este texto apresenta os resultados da pesquisa que desenvolvemos sobre a formação de ambientes agrários durante a colonização portuguesa no centro da América do Sul, entre 1719 e 1748. Nosso objetivo é demonstrar a diversidade de ambientes rurais, e que estes se formavam em articulação com outros elementos da sociedade colonial, como a exploração mineral, as atividades comerciais e a administração portuguesa.

Palavras-chave: América Portuguesa; ambientes rurais; Mato Grosso.

Resumé : Ce texte présente les résultats de la recherche que nous développons sur la formation d'environnements agraires pendant la colonisation portugaise dans le centre de l'Amérique du Sud, entre 1719 et 1748. Notre objectif est de montrer la diversité d'environnements agricoles, et que ceux-ci se formaient avec d'autres éléments de la société coloniale, comme l'exploitation minière, les activités commerciales et l'administration portugaise.

Entrée: Amérique Portugaise; environnements agraires; Mato Grosso.

A conquista portuguesa de territórios no centro da América do Sul não significou apenas o avanço da colonização para o interior da América. Trata-se de um processo em que pesa um conjunto de características peculiares desta parte central, entre as quais, a singularidade de um território de mineração de ouro e fronteira aos domínios espanhóis.

A região ao centro da América do Sul, espaço habitado por uma multiplicidade de povos indígenas, já era conhecida pelos espanhóis desde o século XVI (BASTOS, 1972; COSTA, 1997). A partir do final do século XVII colonos portugueses penetraram nestes territórios, principalmente da capitania de São Paulo, motivados pela reprodução de atividades que compunham o que se convencionou denominar de *sertanismo*.

O *sertanismo* pode ser definido não simplesmente como execução de atividades, como o aprisionamento e venda de ameríndios como escravos, ou a procura e exploração de metais preciosos. As práticas sertanistas devem ser compreendidas articuladas a uma série de relações econômicas e sociais, sendo parte de um *sistema*, que, do ponto de vista econômico,

* Mestrando em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Bolsista Capes.

possibilitava a mobilização e reprodução de capitais e do ponto de vista social, provocou uma série de rupturas e reterritorializações.

O próprio termo *sertanismo* tende a mascarar este caráter eminentemente mercantil e moderno destas práticas, encobrindo de rusticidade relações sociais, econômicas e culturais que, embora tenham contornos específicos, podem ser pensadas, ampliando a escala, como parte de um sistema de relações típicas do processo de acumulação de capital na Época Moderna, assim como, guardando as devidas proporções, o tráfico negreiro.

Para dar suporte ao deslocamento das práticas sertanistas havia ao longo dos caminhos fluviais e terrestres unidades produtivas que garantiam o abastecimento¹. Muitas dessas unidades, como aponta Jonh Manuel Monteiro (MONTEIRO, 1994), eram formadas com trabalho indígena, seja submetendo-os ao regime de *administração*, submetidos ao trabalho compulsório, seja aliado aos colonos, de forma relativamente independente (MONTEIRO, 1994: 91). O caráter fronteiriço destas relações entre colonos e povos indígenas extrapola o campo das indefinidas fronteiras geopolíticas entre territórios portugueses e espanhóis. Estes ameríndios reproduziam práticas sociais que os inseriam na sociedade colonial em relações de troca com os colonos, com a produção de excedentes, do mesmo modo em que em seus territórios reproduziam práticas locais de longuíssima duração.

Estas trocas ocorriam nos pontos de contato entre as sociedades indígenas e parcelas da sociedade colonial. Ao mesmo tempo em que os ameríndios forneciam aos colonos produtos do seu trabalho, recebiam em troca produtos que transformavam-se em necessidade e modificavam a lógica da produção indígena, como as ferramentas de metal, por exemplo (MONTEIRO, 1994: 172).

Mesmo considerando que práticas coloniais espacializavam-se nos interiores da América do Sul, possibilitando a captura e tráfico de *negros da terra* e a procura de metais preciosos, é somente após a descoberta de significativos veios auríferos nas regiões próximas ao rio Cuiabá, que se forma espacialidades coloniais estáveis na região.

Quando se inicia a exploração de forma ordenada nas minas do rio Coxipó-Mirim em 1719, percebe-se, através da documentação, que simultaneamente à atividade mineradora, desenvolvem-se atividades agrícolas (SÀ, 1975: 11). As unidades produtivas, que são referidas como *roças*², multiplicam-se na região à beira dos rios, principalmente do

¹ PARECER de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 08-01-1732. mss., microfilme Rolo 01, doc. 54, (AHU) – NDIHR/UFMT.

² Apesar do termo *roças*, aparentemente fazer referência à agricultura, nestas unidades produtivas desenvolviam-se uma série de atividades. Além do plantio, principalmente de milho e de feijão, também havia criações de pequenos animais como galinhas, porcos e carneiros, e eventualmente, cabeças de gado; praticando ainda a caça, a pesca e atividades extrativistas de uma forma geral.

Cuiabá, abastecendo um considerável fluxo de pessoas atraídas pelos descobertos de ouro e por oportunidades em obter lucros com o comércio e com atividades produtivas (CAMELO in TAUNAY, 1961: 135-139)³.

A intensificação das atividades mineradoras, a fundação de arraiais, povoados e unidades produtivas rurais possibilitaram que entre 1719 e 1727, se formasse na região das “minas do Cuiabá”, uma rede produção e circulação de mercadorias. Gervásio Leite Rebelo (REBELO in TAUNAY, 1961) registrou a diversidade da produção rural. De sua *Notícia 6ª Prática...* é possível relacionar os seguintes itens: milho, farinha de milho, feijão, galinhas, carne de porco fresca, carne de porco salgada, abóboras, toucinho, ovos, arroz, carne de peixe, canjica, cuscuz, bolos, biscoitos, pastéis, pipoca, catimpuera, aloja, angu, farinha de cachorro, aguardente (REBELO in TAUNAY, 1961: 129)⁴.

A fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em 1727 marcou a consolidação da conquista na região. A fundação da vila significou a ampliação dos dispositivos do *sistema administrativo* metropolitano, assim como a institucionalização e o reconhecimento de poderes locais (ROSA, 2003: 16).

A consolidação de um ambiente urbano tão distante dos territórios conquistados pelos portugueses até o século XVII, só foi possível com a formação de uma rede local de produção e circulação de mercadorias articulada ao comércio monçoeiro. A partir da fundação da Vila Real, os indícios documentais apontam para a expansão nas atividades mercantis e produtivas, até mesmo porque acompanharam Rodrigo César de Meneses em sua comitiva mais de 3000 pessoas, o que de primeiro momento inflacionou os preços das mercadorias, das moradias e dos escravos (CAMELO IN TAUNAY, 1961:134-139 ; REBELO. 1961: 121)⁵.

As cartas de sesmarias, concedidas a partir de 1726, fornecem indícios sobre a formação de ambientes rurais no *termo* da Vila de Cuiabá. Além dos requerentes, as cartas apontam nomes de pessoas que reproduzem atividades rurais em posses não oficializadas como sesmarias (SIQUEIRA, 1994: 12-16). É possível na análise desta documentação, entrecruzando-a com outros indícios documentais, perceber a diversidade dos ambientes

³ Ver também PARECER de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 08-01-1732. mss., microfilme Rolo 01, doc. 54, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁴ Além destes são referenciados na documentação outros produtos como batatas, melões, bananas, melancias, mandioca, mel entre outros. (CAMELO in TAUNAY, 1961: 139; SÁ, 1975: 14).

⁵ Ver também CARTA de Rodrigo César de Meneses ao Rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 03-1727; mss., microfilme Rolo 01, doc. 10, (AHU) – NDIHR/UFMT.

rurais: espacialidades camponesas, territórios indígenas e unidades produtivas escravistas, como fazendas e engenhos⁶.

Apesar das atividades econômicas terem se diversificado consideravelmente após uma década e meia de colonização, seria um erro afirmar que houve uma transição de práticas sertanistas ligadas à caça ao índio, descobertos auríferos para uma economia consolidada em torno de produção de mercadorias, práticas comerciais e cobrança de tributos. Todas estas práticas, apesar de cronologicamente, umas antecederam às outras, faziam parte de uma mesma rede de relações econômicas e sociais, que possibilitaram a formação de um substrato econômico necessário para avançar no processo de conquista.

É na reprodução contínua de todas estas atividades que se pode entender, do ponto de vista econômico, o avanço do processo de colonização no centro da América do Sul. Os descobertos auríferos a oeste da Vila Real, a partir de 1734, ocorreram concomitantemente ao aprisionamento dos Pareci, na região que passou a ser chamada de “Mato Grosso dos Pareci” e depois apenas Mato Grosso.

Rapidamente constituíram-se três arraiais nas “Minas do Mato Grosso”, dos quais o principal era o arraial de São Francisco Xavier. Estes descobertos impulsionaram as atividades produtivas e comerciais. Os preços registrados no arraial de São Francisco Xavier em 1738 mostram que os valores das mercadorias eram em média mais que o triplo dos preços praticados na Vila Real⁷. A ligação entre os arraiais, entre 1734 e 1736 era por via fluvial, mas a partir da abertura de caminhos, a via terrestre passou a ser a mais utilizada.

Outro caminho decisivo para colonização da região e também para o futuro da economia mato-grossense é o caminho de terra de Goiás a Cuiabá, que se concretizou em 1737 (SÁ, 1975: 36-37). Somente com a abertura deste caminho foi que os colonos conseguiram livrar-se da dependência dos cavalos dos Mbayá-Guaycuru⁸.

⁶ É conhecida a proibição da “*fabricação de engenhos*” em áreas de mineração, no entanto a existência de engenhos e a importância destes são incontestes na documentação, e sua construção não era prática desconhecida pelas autoridades metropolitanas. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT. João Cabral Camelo apontou em seu relato que, quando em 1727 chegou a Cuiabá, havia somente um engenho de aguardente, e, em 1730, quando retornou, já havia cinco nas imediações da vila (CAMELO, 1961: 139). Não sabemos exatamente a dimensão de cada um destes engenhos, contudo, os documentos apontam que cada um deles contava com uma quantidade de escravos de variava entre 20 e 30. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT. Estes proprietários eram reconhecidos como *senhores de engenho*, posição que conferia a eles prestígio social e, inclusive nas correspondências com a metrópole há referências desta atividade, ao lado da mineração, fazendo parte das práticas que conferem prestígio social.

⁷ CARTA de João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 08-09-1739. mss., microfilme Rolo 02, doc. 127, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁸ Consta que, quando chegou a Cuiabá vindo de Goiás, o responsável pela abertura do caminho de terra (abertura que custou três mil oitavas de ouro), trouxe consigo, além de grande quantidade de ameríndios aprisionados, cerca de quatrocentos cavalos. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V], Vila Real do

Apesar de já haver gado em Cuiabá desde o princípio da colonização, foi somente após a abertura deste caminho de terra que Mato Grosso pode contar com a quantidade de gado suficiente para a formação de latifúndios dedicados à pecuária (SIQUEIRA, 1997: 37-40)⁹. Os grandes latifúndios abertos pela elite local mostram um investimento de capitais advindos da mineração na pecuária extensiva. Arruda aponta relevantes impactos desta vinda do gado para Mato-Grosso, segundo este autor “a presença do gado alarga os horizontes do comércio, não significando apenas suprimento de carne, mas também que transporte de cargas ganham mais velocidade” (ARRUDA, 1982: 79).

Mas a importância destes dois caminhos de terra extrapola a questão da entrada de gado, cavalos e muares para Mato Grosso. Até a abertura do caminho de terra de Goiás a Cuiabá a única rota comercial que ligava a região ao litoral era a o caminho monçoeiro. Depois da abertura destes caminhos os comerciantes das monções tiveram que concorrer com as tropas que percorriam os caminhos de terra, integrando os dois distritos (Cuiabá e Mato Grosso) do *termo* Vila Real de Cuiabá, não apenas à Goiás, mas também ao litoral sudeste e nordeste da Colônia.

Avançando em direção oeste, os colonos portugueses aproximavam-se cada vez mais de territórios espanhóis, o que gerou uma diversidade de reações por parte dos colonos e autoridades portuguesas¹⁰. O primeiro contato direto, que se tem notícia, entre portugueses e as missões jesuíticas espanholas ocorreu em 1740 (CANAVARROS, 2004: 216). Outra viagem exploratória para o território espanhol ocorreu em 1742 e partiu do arraial de São Francisco Xavier. A existência de espacialidades rurais foi fundamental para o engendramento da conquista do vale do rio Guaporé e constituiu-se em pontos de contato entre portugueses e espanhóis (BORGES, 2001: 21).

Estes mesmos sertanistas que entraram em contato as missões jesuíticas, foram os primeiros, que se tem notícia, que empreenderam viagem de Mato Grosso ao Pará, pelo rio Guaporé (BORGES, 2001: 20). Logo em 1743 houve denúncias de que açúcar, sabão, pano de

Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 01-09-1737. mss., microfilme Rolo 02, doc. 101, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁹ A partir principalmente da década de 1740 formaram-se grandes latifúndios na parte norte do Pantanal, mudando inclusive o perfil dos pedidos de sesmarias para a região, antes principalmente para a criação de porcos e cultivo de roças e agora também para a formação de currais (SIQUEIRA, 1997: 37-40).

¹⁰ Os comerciantes, produtores e algumas autoridades locais viam na proximidade com os espanhóis a oportunidade e inserir seus produtos em um mercado de grandes dimensões. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT. Outras autoridades viam com receio a aproximação dos territórios hispânicos escrevendo ao rei para proibir qualquer contato com os castelhanos. CARTA do intendente e provedor Manuel Rodrigues Torres ao rei. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-08-1740. mss., microfilme Rolo 02, doc. 136, (AHU) – NDIHR/UFMT.

algodão e aguardente eram contrabandeados das missões espanholas por comerciantes¹¹. Também na década de 40 os colonos portugueses chegaram ao Pará pela rota Arinos-Tapajós, ao norte da Vila Real (FONSECA, 2001: 27)¹².

A abertura do caminho de terra de Goiás a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e desta vila até os arraiais do distrito de Mato Grosso e o posterior contato com os espanhóis completaram uma linha tortuosa que unia o centro da América do Sul aos oceanos Atlântico e Pacífico. A produção mato-grossense estava ligada a circuitos mercantis locais, regionais, coloniais, em relações comerciais do estado do Brasil com o estado do Grão-Pará e Maranhão e ainda com os territórios espanhóis.

Para a colonização portuguesa no centro da América do Sul foi necessário bem mais do que a extração de ouro. Não ambicionamos negar que a *origem* da formação de uma sociedade colonial no centro da América do Sul esteve condicionada aos descobrimentos auríferos; o que não aceitamos é que esta percepção da *origem* sirva como explicação para o desdobramento das relações sociais e econômicas que se desenvolveram concomitantemente aos descobrimentos¹³.

Uma diversidade de relações econômicas e sociais que *articuladas* possibilitou a conquista dos territórios indígenas e em litígio com os territórios espanhóis. Estas *articulações* fazem com que o ouro extraído da terra, assim como qualquer outra mercadoria, esteja marcado por uma série de relações de intercâmbio social que extrapolam a noção simplista que muitos autores têm sobre as áreas mineiras de uma forma geral e sobre em particular as “Minas do Cuiabá e do Mato Grosso”.

Os produtos no meio rural, no *termo* da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, quando se tornavam mercadorias deixavam de ser coisas materiais, localizáveis no tempo e no espaço, para se relacionarem com outras mercadorias (inclusive com o dinheiro), adquirindo uma forma *valor*. Como valores estas se inserem em relações econômicas que tornam sua produção um mistério. Como mercadorias elas propiciam a acumulação de capital em diferentes níveis (local, colonial, metropolitano, europeu), compondo um *sistema*. A palavra *sistema* é muito significativa, pois, inserida em um *sistema*, as práticas sociais e econômicas estão *articuladas* e ganham *sentido* em um quadro amplo de *relações*.

¹¹ CARTA do provedor Manoel Roiz Torres a S. M. sobre o contrabando com os espanhóis por parte de algumas pessoas das Minas do Mato Grosso. AHU/NDHIR mficha 39 doc. 326. Lisboa, 01 de abril de 1743.

¹² A rota Arinos-Tapajós não se tornou uma rota comercial regular. Cremos que os principais motivos para este fato, foram os descobrimentos de diamantes na região do Alto Paraguai e a proibição coroa em explorá-los, os interesses geopolíticos portugueses em avançar a conquista para os territórios em litígio com a coroa espanhola (CANAVARROS, 2004: 232), e os interesses dos comerciantes e também da Coroa em manter relações comerciais com os espanhóis.

¹³ Sobre a crítica dos estudos que buscam na *origem* a explicação para os fatos: (FOUCAULT, 1997: 28).

Para compreender a economia colonial de forma *sistêmica* é bastante conveniente discutir a noção de *Antigo Sistema Colonial* de Fernando Novais (NOVAIS, 1986). Para nós, o grande mérito de Fernando Novais, em termos de história econômica, foi *articular* o desenvolvimento de atividades produtivas na Colônia com processos históricos amplos, como a *Acumulação Primitiva do Capital* ou a transição do feudalismo ao capitalismo, processo que caracteriza a Época Moderna. No entanto, a grandeza de sua obra não pode nos intimidar a questioná-la em alguns pontos¹⁴. Vejamos três questões significativas para nossa análise.

Primeiramente, assim como Caio Prado, Novais reforça que o *sentido da colonização* está na exploração de atividades voltadas para o mercado externo. Novais afirma de forma categórica que “toda a estruturação das atividades econômicas coloniais, bem como a formação social a que serve de base, definem-se nas linhas de força do sistema colonial mercantilista, isto é, nas suas conexões com o capitalismo comercial” (NOVAIS, 1986: 97). Acreditamos que, ao contrário do que afirma Caio Prado, estudos sobre atividades econômicas e práticas sociais que não estão diretamente ligadas ao comércio atlântico, podem revelar aspectos importantes sobre o *modus operandi* da formação econômica e social da Colônia.

O segundo ponto é a influência do trabalho de Maurice Dobb (DOBB, 1987) na análise de Fernando Novais. Historiador marxista, analista da formação do mundo contemporâneo, Dobb é criticado pela sua ortodoxia, e pela forma economicista e linear com que desenvolveu sua tese. A influência de Dobb marca trechos em que Novais aborda as passagens do feudalismo ao capitalismo e do capitalismo comercial para o capitalismo industrial (NOVAIS, 1986: 33; 64; 68; 74; 92).

As práticas produtivas na Colônia não podem mais ser pensadas em termos de práticas *capitalistas*, *não-capitalistas* e *pré-capitalistas*. Mesmo as práticas que aparentemente não funcionam como *acumuladoras de capital*, como o trabalho camponês, por exemplo, assumem, inseridas no *sistema*, um caráter capitalista, articulam-se com práticas de exploração e de dominação, como a cobrança de tributos e o fornecimento de mercadorias para os comerciantes.

O terceiro ponto refere-se a pouca importância que Fernando Novais atribuiu aos acontecimentos¹⁵. A historiografia crítica ao estruturalismo redescobriu o *acontecimento* como ponto primordial da análise. Ao invés de enganar, ou levar a falsas conclusões, o estudo mais

¹⁴ Nosso objetivo não é criticar a noção de *Sistema Colonial* para descartá-la, mas revisitar alguns pontos críticos na formulação desta noção que merecem considerações.

¹⁵ Segundo Novais “seria desconhecer os mecanismos profundos deste processo, e ficar na superfície dos eventos, ignorar aquele projeto básico, que por muito tempo informou a política ultramarina das nações européias” (NOVAIS, 1986: 60) As marcas das reflexões de Braudel são evidentes neste trecho.

detido dos acontecimentos é a melhor forma de desviar-se de abordagens construídas com base em elucubrações teóricas. Estas mudanças na historiografia não podem ser desconsideradas. A noção de *Sistema Colonial* precisa ser redimensionada para levar em conta os *acontecimentos* e as realidades *micro*; não substituindo a estrutura pelo acontecimento, ou o macro pelo micro, mas analisando a relação *acontecimento/estrutura*, *macro/micro* de forma dialética, sem estabelecer níveis de determinação.

A formação de ambientes rurais o extremo oeste da América Portuguesa, na primeira metade do século XVIII, pode ser analisada de forma sistêmica, pois estava articulada a um circuito de relações econômicas e sociais que possibilitaram a constituição de uma sociedade colonial no centro da América do Sul.

Referências bibliográficas:

- ARRUDA, Elmar Figueiredo. **Formação do mercado interno em Mato-Grosso – século XVIII**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC, 1987.
- BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. **Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1972.
- BORGES, Franciso Caetano. **Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade**. Publicações Avulsas nº 28. Cuiabá: IHGMT, 2001
- BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1990
- CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2004.
- COSTA, Maria de Fátima. **Notícias de Xarayes: Pantanal entre os séculos XVI a XVIII**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1997.
- DOBB, Maurice H. **Evolução do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987
- FONSECA, José Gonçalves da. **Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá**. Cuiabá: IHGMT, 2001. Publicações Avulsas nº 22
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. V. I. São Paulo: Ed. Difel. São Paulo, 1982.
- MONTEIRO. John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: 4ª Edição, 1986.

PEREIRA, João Gonçalves. **Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as missões Jesuíticas de Moxos**. Cuiabá: IHGMT, 2001

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – colônia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.

ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Vida urbana em Mato-Grosso no século XVIII: 1722-1808**. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1996.

_____, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de. **A terra da conquista: história de Mato-Grosso Colonial**. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003.

SÀ, Joseph Barboza de. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá: Ed. UFMT/Secretária de Educação e Cultura, 1975.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **A ocupação pioneira da região do Rio Cuiabá abaixo**. Cuiabá: IHGMT. Publicações Avulsas, nº1 1997.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. **Crônicas do Cuiabá**. Publicações Avulsas nº 53, Cuiabá: IHGMT, 2002.

TAUNAY, Affonso de E. **História das Bandeiras Paulistas**. Relatos monçoeiros. Tomo III. 2ª edição, São Paulo, 1961.